



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

**LEI MUNICIPAL Nº 1080/94
DE 28 DE JUNHO DE 1994**

**DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**VITOR HUGO BERGAMO – Prefeito Municipal de São José do
Ouro, Estado do Rio Grande do Sul**, no uso das atribuições que lhe são pertinentes e em
conformidade com o Art. 54, inciso IV, da Lei Orgânica do Município;

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu
sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º) – Este Código estabelece normas de política administrativa municipal e comina penas aos infratores, que, por ação ou omissão, infringirem a legislação e os regulamentos do Município.

Art. 2º) – As penas impostas pelo não cumprimento das disposições deste Código são as seguintes:

- a) multas;
- b) apreensão;
- c) embargo.

Art. 3º) – A multa consiste na imposição de pena pecuniária e deverá ser paga dentro do prazo de 5 (cinco) dias, a partir da notificação, ou depositada na tesouraria, em caso de recurso, sob pena de cobrança judicial.

Parágrafo 1º - Da penalidade imposta poderá o infrator interpor recurso, ao Prefeito, dentro do prazo fixado neste artigo.

Parágrafo 2º - O valor da multa está vinculado ao valor de Referência Municipal, representado neste Código pela sigla – VRM.

Parágrafo 3º - Sempre que a multa não estiver explicitamente consignada em Lei, será arbitrada pelo Prefeito.

Art. 4º) – A apreensão consiste na tomada dos objetos Que. constituem a infração ou com os quais esta é praticada.

Parágrafo 1º - Se a apreensão for feita a bem da higiene, a coisa será encaminhada ao órgão estadual competente, sem prejuízo da multa imposta pela infração. Nos demais casos, se não houver liberação no prazo legal, a coisa apreendida será vendida em leilão público, e, pagas as custas e demais despesas, o saldo será devolvido ao proprietário.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Parágrafo 2º - O direito ao saldo prescreve em um ano.

Art. 5º) – O embargo consiste no impedimento de continuar fazendo qualquer coisa que venha em prejuízo da população ou de continuar praticando ato proibido por lei ou regulamentos municipais. O embargo não impede a aplicação concomitante de outras penas estabelecidas neste Código.

Art. 6º) – A pena é de carácter pessoal, não obstante, os pais respondem pelos filhos menores, os tutores e curadores pelos seus pupilos e curatelados.

Art. 7º) – Se alguém deixar de praticar ato ou fato a que esteja obrigado, a municipalidade o fará, por conta do infrator, ressarcindo-se das respectivas despesas.

Art. 8º) – Quando a infração for coletiva, a pena será aplicada ao cabeça ou cabeças, individualmente.

Art. 9º) – Ao infrator que incorrer, pelo mesmo fato, em mais de uma penalidade, aplicar-se-á a pena mais aumentada em dois terços.

Art. 10) – A infração é provada pelo respectivo auto lavrado por pessoa competente.

Parágrafo 1º - São competentes para lavrar autos de infração, os fiscais.

Parágrafo 2º - O auto de infração será lavrado e assinado em duas vias pelo autuante que ficará com a primeira via, entregando a segunda via ao autuado.

Parágrafo 3º - O auto de infração deverá conter:

a) nome do infrator, ou denominação que o identifique e a sua residência, sempre que possível;

b) designação do lugar, dia e hora que se deu a infração;

c) o ato ou fato que constituiu a infração;

d) amparo legal;

e) nome e residência das testemunhas, se houver.

Art. 11) – Não encontrado o infrator para a entrega da segunda via do auto de infração, será notificado pela imprensa ou por edital, para o pagamento da multa, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, ou para dela decorrer, sob pena de imediata cobrança judicial.

Art. 12) – Reincidência e a repetição do mesmo ato ou fato proibido pela legislação municipal.

Parágrafo único – a reincidência agrava a pena, aumentando-a de um terço sucessivamente.

Art. 13) – Sempre que alguém não realizar um ato ou fato a que esteja obrigado por lei ou determinação da Municipalidade, esta realizará a custa de quem o omitir, notificando – o previamente.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 14) – Os casos omissos neste Código serão resolvidos de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

CAPÍTULO II

DOS BENS PÚBLICOS

Art. 15) – Os bens públicos municipais são:

- a) Os de USO COMUM do povo, tais como os rios, as estradas, ruas e praças;
- b) Os de USO ESPECIAL, tais como edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento municipal;
- c) Os DOMINICAIS, isto é, os que constituem patrimônio do Município como objeto de seu direito pessoal ou real.

Art. 16) – Todos podem utilizar-se livremente dos bens de uso comum, desde que respeitem os costumes, a tranqüilidade alheia, os princípios de higiene e segurança pública, nos termos da legislação vigente.

Art. 17) – É permitido a todos o livre acesso aos bens de uso especial, nas horas de expediente ou de visitação pública.

Parágrafo 1º - Somente terão acesso aos recintos de trabalho os servidores ou pessoas devidamente autorizadas.

Art. 18) – É dever de todo cidadão zelar pelos bens de uso comum, assistindo-lhe o direito de fiscalizar a sua utilização e evitar atos depredatórios.

Art. 19) – É proibido:

- a) danificar os bens públicos;
- b) andar armado no recinto das repartições, exceto nos casos permitidos expressamente;
- c) promover desordem dentro das repartições, ou desacatar servidores no exercício de suas funções;
- d) poluir ou obstruir cursos de água, fontes, represas, lagos naturais ou artificiais, ou nas suas proximidades localizar privadas, cachoeiras, estábulos ou outras instalações anti – higiênicas.

Parágrafo único – Qualquer servidor municipal é competente para lavrar auto de infração nos casos deste artigo.

Pena - 5 (cinco) VRM, além da obrigação de ressarcimento do dano causado.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

CAPÍTULO III

DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 20) – Vias públicas são caminhos abertos ao trânsito público, compreendendo as ruas, as avenidas, as alamedas, as travessas, os becos, as passagens, as galerias e as estradas.

Parágrafo único – A abertura de via pública, em terrenos particulares, somente será permitida, depois de aprovada a respectiva planta pela Municipalidade.

Art. 21) – As ruas terão largura mínima de 20 (vinte) metros, salvo impossibilidade a juízo da Prefeitura, neste caso, observar-se-á as condições de insolação, ventilação, esgotos sanitários e pluviais e trânsito provável.

Art. 22) – As ruas e estradas poderão ser arborizadas e pavimentadas, de acordo com os critérios estabelecidos pela Municipalidade.

Parágrafo único – A despesa proveniente da pavimentação ficará a cargo do proprietário do imóvel, na forma que a Lei dispuser.

Art. 23) – Nas ruas que houver irregularidade de alinhamento, reserva-se a Prefeitura o direito de fazer avançar ou recuar as construções, observadas as disposições legais.

Art. 24) – Os proprietários de imóveis situados em logradouros que possuem meio – fio são obrigados a calçar os passeios e mantê-los em bom estado de conservação, de acordo com as normas ditadas pela Municipalidade.

Parágrafo único – Danificados os passeios ou outros logradouros, pela arborização das vias públicas, repará-los-á o Município a sua custa.

Art. 25) A Prefeitura poderá estabelecer para cada rua ou trecho de rua um tipo único de passeio.

Parágrafo único – Os passeios deverão ser construídos com o declive transversal de 2%.

Art. 26) – Os serviços de construção, conserto e conservação dos passeios ou calçadas ficam a cargo dos proprietários dos prédios ou terrenos respectivos.

Parágrafo 1º - Os proprietários deverão mandar construir as calçadas com a largura e o nivelamento determinados pelas guias de calçamento, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o assentamento dos cordões, sendo isentos desta obrigação os proprietários de prédios e terrenos situados em ruas que ainda não tenham recebido guias de calçamento.

Parágrafo 2º - A reposição de passeios danificados por escavação para obras de esgotos, água, luz e etc. será feita a custa de quem houver motivado.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Parágrafo 3º - A Prefeitura intimará os proprietários de calçadas em mau estado de conservação, a consertá-la no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, decorridos este e o prazo estabelecido no parágrafo 1º deste artigo sem que o proprietário tenha mandado executar a obra ou reparo, a Prefeitura mandará executar o serviço cobrando dos proprietários o custo da obra e o material gasto acrescido de 60% (sessenta por cento).

Art. 27) – As rampas dos passeios destinados a entrada de veículos, bem como o chanfreamento e rebaixa do cordão, depende de licença especial da Prefeitura.

Art. 28) é proibido:

- a) levantar o calçamento;
- b) levantar os passeios, salvo para reparos, mediante prévia licença da Municipalidade;
- c) fazer escavações nas vias públicas ou noutros logradouros;
- d) podar, danificar ou destruir as árvores plantadas nos logradouros públicos.

Pena - 5 (cinco) VRM, além do ressarcimento do dano causado.

Parágrafo único – Se a destruição, ou dano, não resultar de ato culposo, o responsável é obrigado apenas a reparar o dano, ficando isento de multa.

Art. 29) Nas ruas arborizadas, os fios condutores de energia elétrica, telefônicos ou telegráficos, deverão ser estendidos a distância razoável das árvores ou convenientemente isolados.

Art. 30) É proibido:

- a) Obstruir valetas, bueiros e calhas ou impedir o escoamento estabelecido;
- b) Encaminhar águas pluviais, para a via pública, quando nela existirem as respectivas redes coletoras.

Pena: multa de 4 (quatro) VRM, além do ressarcimento do dano causado.

- c) Jogar lixo de qualquer espécie nas vias públicas ou noutros logradouros;
- d) Sacudir tapetes ou capachos das aberturas dos prédios para as vias públicas;
- e) Colocar nas janelas ou abalaústres dos prédios, objetos que possam cair na via pública, tais como vasos, floreiras e outros;
- f) Colocar cartazes ou fazer qualquer espécie de propaganda nas paredes dos prédios, muros, cercas, postes e árvores sem prévia licença escrita de seus proprietários e devida autorização da Municipalidade;

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

g) Transportar areia, aterro, entulho, lixo, serragem, cascas de cereais, penas de aves e semelhantes em veículos carregados em excesso, ou sem as devidas precauções.

H) Dar tiros ou fazer algazarras;

I) Depositar nas vias públicas ou noutros logradouros, coisas ou objetos que impeçam ou dificultem o trânsito.

J) Construir rampas para acesso de veículos, sem prévia autorização da Municipalidade;

L) Fazer conserto de veículos nas vias públicas e logradouros, exceto os casos de emergência;

m) Fazer lavagem de veículos nas vias públicas;

Pena: multa de 5 (cinco) VRM.

n) Quebrar postes ou lâmpadas elétricas, bem como cortar fios da iluminação pública, ou danificá-los de qualquer modo

Pena: multa de 5 (cinco) VRM, além da obrigação de ressarcimento do dano causado.

Art. 31) – A propaganda partidária somente será permitida dentro das normas instituídas pelo Código Eleitoral.

Parágrafo único – A Prefeitura indicará os locais destinados a propaganda eleitoral, para a fixação de cartazes e a realização de comícios.

Pena: multa de 5 (cinco) VRM, sem prejuízo das penas impostas pelo Código Eleitoral.

Art. 32) – É proibido depositar lixo, destinado a coleta, em recipientes que não sejam de tipo aprovado pela Municipalidade.

Pena: multa de 1 (um) VRM

Art. 33) – É proibida a preparação de argamassa nos passeios ou na faixa de rolamento.

Parágrafo 1º - Quando não houver espaço suficiente para tal fim no interior da propriedade ou do tabique, poderá ela ser preparada na via pública, porém dentro de caixa, a qual deverá ser recolhida após a tarefa diária.

Parágrafo 2º - Os passeios frontais as construções devem ser conservados em condições de transitabilidade.

Pena: multa de 3 (três) VRM

Art. 34) – Toda a demolição ou construção deverá ser cercada com tabique de madeira ou assemelhado e tomadas as providências, a fim de que a poeira ou os detritos não prejudiquem a coletividade.

Parágrafo 1º - O espaço fronteiro a construção ou demolição, ocupado pelo tabique a que se refere este artigo, não poderá exceder a metade da largura da calçada.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Parágrafo 2º - É proibida a permanência de materiais de construção ou demolição nas vias públicas, por tempo superior ao necessário ao seu recolhimento e transporte.

Pena: multa de 5 (cinco) VRM

Art. 35) – Compete aos proprietários conservar limpos os passeios fronteiros as suas residências.

Pena: multa de 5 (cinco) VRM

Art. 36) – É proibido o depósito de caixas ou quaisquer outros objetos, nas calçadas ou passeios, exceto no momento de carregar ou descarregar de modo a não interromper o trânsito.

Pena: multa de 3 (três) VRM

Art. 37) – Nos pontos de táxis e nos locais de estacionamento de ônibus, bem como nos locais de engraxates e vendedores de frutas estacionados nas vias públicas e noutros logradouros, é obrigatória a colocação de recipiente para o depósito de lixo.

Pena: multa de 3 (três) VRM

Art. 38) – É proibido a circulação de veículos que possam danificar as árvores ou o pavimento das vias públicas.

Pena: multa de 10 VRM, além da obrigação de ressarcimento do dano causado.

Art. 39) – É proibido construir degraus nos passeios, salvo quando por modificação de nivelamento da rua, pela Prefeitura, for impossível fazer concordância por meio de rampas.

Pena: multa de 10 (dez) VRM

Art. 40) – Nas estradas municipais é proibido:

- a) danificar a faixa de rolamento;
- b) fazer derivações;
- c) impedir o livre escoamento das águas para as valetas ou obstruir os escoadouros;
- d) deixar cair nela materiais que possam causar estragos na faixa de rolamento, que impeçam ou dificultem o livre trânsito;
- e) destruir ou danificar, por qualquer forma, aramados, cercas, muros ou indicações de serviços públicos;
- f) efetuar construções de qualquer espécie, numa largura de 12 (doze) metros a partir da margem da estrada ou plantar árvores que possam prejudicar a visibilidade e o livre trânsito;
- g) conduzir cargas tóxicas sem as devidas precauções e autorização legal.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Pena: multa de 10 VRM, além do ressarcimento do dano causado, quando for o caso.

Art. 41) – Ninguém poderá abrir, fechar, desviar ou modificar as estradas sem licença da prefeitura.

Pena: multa de 10 VRM, além do ressarcimento do dano causado.

Art. 42) – As obras em execução nas vias públicas deverão ser sinalizadas de acordo com as leis e regulamentos de trânsito.

Art. 43) – A desobstrução da via pública será feita pela Municipalidade Que. exigirá indenização pelos respectivos gastos.

Art. 44) – Artistas e reclamistas, para fazerem exibição nas vias públicas e noutros logradouros, são obrigados a licença do Município, Que. designará os locais onde poderão atuar.

CAPÍTULO IV

DAS PRAÇAS

Art. 45) – As praças são logradouros públicos de uso comum, compreendendo jardins, parques e lagos, instituídos para recreação pública.

Art. 46) – Nas praças é proibido:

- a) andar sobre os canteiros e gramados;
- b) arrancar mudas, galhos ou flores;
- c) escrever ou gravar nomes ou símbolos em árvores, bancos ou ornamentos, ou a estes danificar ou remover;
- d) matar, ferir ou desviar animais;
- e) exceder qualquer espécie de comércio, sem prévia licença da Municipalidade.

Pena: multa de 10 VRM, além da obrigação de ressarcimento do dano causado.

CAPÍTULO V

DA DENOMINAÇÃO DOS LOGRADOUROS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DA NUMERAÇÃO DAS CASAS.

Art. 47) – A denominação dos logradouros e serviços cabe, privativamente, ao Município.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Parágrafo 1º - Os logradouros e serviços públicos só poderão receber a denominação de pessoas que tenham prestado relevantes serviços ao Município.

Parágrafo 2º - É vedado dar nomes de pessoas vivas a logradouros ou serviços públicos de qualquer espécie ou natureza.

Parágrafo 3º - A denominação referida no parágrafo 1º deste artigo, só será atribuída a pessoas falecidas há mais de 2 (dois) anos.

Parágrafo 4º - A Municipalização não poderá mudar as designações das vias públicas e demais logradouros, desde que estas, estejam de acordo com o disposto no parágrafo 1º deste artigo.

Art. 48) – Dado o nome a uma via pública ou logradouro, serão colocados as placas como segue:

a) nas ruas, as placas serão colocadas nos cruzamentos, duas em cada rua, uma de cada lado, no período da esquina, ou, na sua falta, em poste colocado em terreno baldio.

b) Nos largos e praças serão colocadas a direita, na direção do trânsito, nos prédios ou terrenos de esquina com outras vias públicas.

Art. 49) – A numeração das casas será efetuada, privativamente, pela Municipalidade, correndo por conta dos proprietários as despesas das placas.

Parágrafo 1º - A numeração começará nas extremidades iniciais nas vias públicas, em ponto aquém do qual não possa haver novas construções, e de modo que os números pares fiquem ao lado esquerdo e os ímpares, no lado direito.

Parágrafo 2º - O número corresponderá a metragem existente entre a entrada principal do prédio e a extremidade inicial da rua, guardando-se o mesmo critério para a numeração dos demais prédios.

Art. 50) – Não podem receber denominação as vias públicas e logradouros não recebidos pelo Município em decorrência de roteamentos não aprovados e registrados na forma da Lei.

CAPÍTULO VI

DAS CASAS DE ESPETÁCULOS

Art. 51) – Os teatros e cinemas, bem como quaisquer outros locais de espetáculos públicos, são sujeitos a verificação periódica de suas instalações e condições de segurança.

Art. 52) – Os empresários são obrigados a:

a) manter em condições higiênicas todas as dependências das casas de espetáculos;

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

- b) Ter, em lugar discreto e de fácil acesso, instalações sanitárias independentes para senhoras e cavalheiros;
- c) Manter em lugar de fácil acesso e visíveis, e em perfeito estado de funcionamento, aparelhos extintores de incêndio.

Art. 53) – Ao espectador é proibido:

- a) assistir as sessões de chapéu na cabeça;
 - b) fumar na sala de espetáculos;
 - c) prejudicar a higiene da casa ou atentar contra a ordem e os bons costumes;
 - d) depredar as poltronas e instalações da casa de espetáculos;
- Pena:** advertência pessoal ou retirada do recinto, além da obrigação de ressarcimento do dano causado.

Art. 54) – Aos empresários é proibido:

- a) vender entradas além da lotação;
- b) projetar anúncios depois da hora para o início das sessões;
- c) iniciar as sessões com atraso superior a dez minutos, salvo força maior comprovada;
- d) iniciar nova sessão sem a indispensável renovação do ar, sempre que não haja ar condicionado ou exaustores suficientes.

Pena: multa de 10VRM.

Art. 55) – Para a realização de espetáculos, bailes e festas de carácter público é indispensável a prévia licença da Municipalidade.

Parágrafo único – As conferências remuneradas equiparam-se as festas públicas.

CAPÍTULO VII

DOS DANCINGS E BOATES PÚBLICAS

Art. 56) – A instalação e funcionamento de dancings e boates públicas dependem de prévia licença da Municipalidade.

Parágrafo único – não será permitida a localização desses estabelecimentos em edifícios residenciais ou zona residencial.

Art. 57) – Nos dancings e boates é proibido:

- a) a existência de quartos para aluguel;
- b) algazarra ou barulho que perturbe o sossego público;
- c) a entrada e permanência de menores de 18 (dezoito) anos;

Pena: cancelamento do alvará e multa de 10 VRM.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

CAPITULO VIII

DO FUNCIONAMENTO DOS CIRCOS E PARQUES DE DIVERSÕES

Art. 58) – O funcionamento dos circos e parques de diversões, só se dará mediante autorização da Prefeitura.

Art. 59) – A prefeitura estabelecerá os locais para o funcionamento dos circos e parques de diversões, que só poderão ser armados em locais distantes dos hospitais, colégios e asilos e deverão atender as condições de higiene e segurança.

CAPÍTULO IX

DOS JOGOS

Art. 60) – A realização de jogos lícitos, das corridas de cavalos e das rinhas de galo, depende de prévia licença da Municipalidade.

Parágrafo único – Não será autorizada a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais compreendidos em área formada por um raio de 200 (duzentos) metros de distância de hospitais, casas de saúde ou de estabelecimento de ensino.

Art. 61) – A lotação das arquibancadas e de outros lugares destinados ao público, que deverão fornecer a máxima segurança, será fixada por técnicos da Municipalidade.

Parágrafo único – Esses locais deverão ser dotados de bebedouros, coletores de lixo, sanitários independentemente para ambos os sexos, higiênicos, em número proporcional a lotação.

Art. 62) – As provas desportivas nas ruas ou praças só poderão ser realizadas com licença da Municipalidade.

Parágrafo único – as licenças de que trata este artigo serão concedidas gratuitamente.

CAPÍTULO X

DOS RESTAURANTES, BARES, BOTEQUINS, MERCADINHOS, TRAYLERS E FEIRAS.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 63) – A instalação e funcionamento de restaurantes, bares, botequins, mercadinhos, “traylers”, feiras e congêneres, dependem de prévia autorização da Municipalidade, que determinará o horário oficial para as suas atividades.

Art. 64) – Esses estabelecimentos são obrigados a manter:

- a) dependências e instalações em perfeitas condições de higiene;
- b) coletores de lixo do tipo aprovado pela Municipalidade.

Art. 65) – É proibido aos estabelecimentos mencionados neste capítulo:

- a) vender bebida alcoólica a menores de 18 (dezoito) anos e a a pessoas embriagadas;
- b) permitir algazarra ou barulho Que. perturbe o sossego público;
- c) expor ao sol ou a poeira, artigos de fácil contaminação ou deterioração;
- d) deixar de lavar, diariamente, os açougues, as bancas de verduras, de aves ou de peixes;
- e) deixar de higienizar as gaiolas de aves, diariamente;
- f) impedir a limpeza do recinto;
- g) depositar mercadorias ou fazer tenda de trabalho, nos passeios;
- h) vender, por atacado, gêneros ou artigos de primeira necessidade.

Pena: multa de 10 VRM

Art. 66) – Qualquer mercadoria contaminada ou deteriorada será apreendida pela Municipalidade.

CAPÍTULO XI

DAS BARBEARIAS E ENGRAXATARIAS

Art. 67) – A instalação e o funcionamento das barbearias, salões de beleza e as engraxatarias dependem de licença da Municipalidade.

Parágrafo único – as instalações desses estabelecimentos devem respeitar as regras de higiene prescritas pelo órgão estadual competente.

Pena: multa de 10 VRM.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

CAPÍTULO XII

DOS HOTÉIS, MÓVEIS, PENSÕES E CASAS DE CÔMODOS.

Art. 68) – A instalação e funcionamento de hotéis, motéis, pensões e casas de cômodos dependem de licença da Municipalidade.

Art. 69) – Esses estabelecimentos são obrigados a manter:

- a) observância dos bens costumes e condições de higiene;
- b) quartos, banhos e aparelhos sanitários em número suficiente e higiênicos;
- c) leitos, roupas de cama e cobertas em perfeitas condições de higiene;
- d) móveis e assoalhos semelhante desinfetados;
- e) guarda – roupas e gavetas dos móveis sempre com desinfetante.

Art. 70) – Nos estabelecimentos de que trata este capítulo é proibido:

- a) a permanência de hóspedes ou empregados, ou de quaisquer pessoas, cujos hábitos sejam considerados inconvenientes, imorais ou indecentes;
- b) utilizar mais de uma vez, sem lavar, roupas de cama, toalhas ou guardanapos;
- c) admitir hóspedes portadores de moléstias contagiosas;
- d) utilizar lavatórios ou banheiros para lavagem de roupas.

Parágrafo único – quando se verificar, por qualquer circunstância, o previsto na alínea “c” deverá ser feita imediata comunicação a Unidade Sanitária e a Municipalidade.

Art. 71) – Nos quartos de hotéis, motéis, pensões e casas de cômodos é obrigatória a colocação, em lugar visível, de um quarto contendo a transcrição dos artigos desta seção.

Pena: multa de 10 VRM.

CAPÍTULO XIII

DAS IGREJAS, DOS TEMPLOS E DOS LOCAIS DE CULTOS

Art. 72) – As igrejas, os templos e as casas de cultos são locais sagrados e, por isso, devem ser respeitados sendo proibido pichar suas paredes e muros, ou neles pregar cartazes.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 73) – Nas igrejas, templos ou casas em que houverem pias ou se acendam velas, observar-se-ão os seguintes requisitos:

- a) as pias de água deverão ser do tipo higiênico;
- b) as velas, tochas ou círios deverão ser colocados de modo a se evitarem incêndios ou acidentes.

Parágrafo único – A realização de festividades externas dependerá de licença da Municipalidade.

CAPITULO XIV

DAS PROFISSÕES E DO COMÉRCIO LOCALIZADO

Art. 74) – Nenhum estabelecimento poderá funcionar no Município, sem o respectivo alvará de licença.

Parágrafo 1º - O alvará de licença será exigido mesmo que o estabelecimento esteja localizado no recinto de outro já munido de alvará.

Parágrafo 2º - excetuam-se das exigências deste artigo, os estabelecimentos da União, do Estado, do Município ou das entidades paraestatais, e os templos, as igrejas, ou as sedes de partidos políticos, reconhecidos na forma da lei.

Parágrafo 3º - O alvará de licença deverá ser afixado em lugar próprio e facilmente visível.

Art. 75) – Do alvará de licença deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos nos regulamentos municipais:

- a) número de inscrição;
- b) localização do estabelecimento;
- c) nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade deve funcionar o estabelecimento;
- d) ramo de atividade.

Parágrafo 1º - Os estrangeiros devem, na forma da lei, fazer prova de permanência definitiva no país.

Parágrafo 2º - O Alvará de Licença terá validade enquanto não se modificar qualquer dos elementos essenciais nele inscritos e, será compulsoriamente renovado a cada exercício.

Art. 76) – O Alvará de Licença para localização temporária de estabelecimento vigorará pelo prazo nele estipulado.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Municipalidade.

Art. 77) – O Alvará de Licença poderá ser cassado pela

- a) quando se tratar de negócio diferente do requerido;
- b) para reprimir especulações com gêneros de primeira necessidade;
- c) como média preventiva a bem da higiene, da moral ou do sossego e segurança pública;
- d) quando o licenciado se opuser a exame, verificação ou vistoria dos agentes municipais.

Parágrafo único – cassado o alvará de licença o estabelecimento será imediatamente fechado.

Art. 78) – O horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais será definido em regulamento.

Art. 79) – Mediante ato especial poderá ser limitado o horário dos estabelecimentos quando:

- a) exista convenção para horário especial assinado, no mínimo, por três quartas partes dos estabelecimentos atingidos e devidamente homologados pela autoridade competente;
- b) houveram de ser atendidas requisições justificadas de autoridades competentes a respeito de estabelecimentos que perturbem o sossego ou ofendam o decoro público ou que reincidam nas sanções da legislação do trabalho;
- c) no interesse público, a critério do Município, através de Lei.

Parágrafo único – Homologada a convenção de que trata a alínea “a” do presente artigo, passará ela a constituir postura municipal, obrigando os estabelecimentos nela compreendidos ao cumprimento dos seus termos e sujeitando os infratores as penalidades cominadas.

Art. 80) – Todo o estabelecimento comercial é obrigado a manter seu recinto em perfeitas condições de higiene, e ter em lugar visível e acessível, recipiente coletor de lixo.

Pena: multa de 10 VRM.

CAPÍTULO XV

DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 81) - Comércio Ambulante é toda e qualquer forma de atividade lucrativa, exercida por conta própria ou de terceiros e que não se opera na forma e nos usos do comércio localizado, ainda que com este tenha, ou venha a ter ligação ou

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

intercorrência, caracterizando-se, nesta última hipótese, pela improvisação de vendas ou negócios que se realizem fora dos estabelecimentos com que tenha ligação.

Art. 82) – Nenhum comércio ambulante é permitido no Município sem o respectivo alvará de licença.

Parágrafo único – O alvará de licença para o comércio ambulante é individual e intransferível e exclusivamente para o fim para o qual foi extraído, e deve ser sempre conduzido pelo seu titular sob pena de multa.

Art. 83) – O alvará será expedido mediante requerimento.

Parágrafo 1º - no alvará de licença deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que vierem a ser estabelecidos pelo Município.

- a) número de inscrição;
- b) residência do comércio ou responsável;
- c) nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade

funciona o comércio ambulante.

Parágrafo 2º - O alvará só terá validade pelo prazo nele estipulado.

Parágrafo 3º - O vendedor ambulante não licenciado ou que for encontrado sem revalidar a licença, está sujeito a multa e apreensão dos artigos encontrados em seu poder, até o pagamento da multa imposta.

Art. 84) – É proibido ao vendedor ambulante:

- a) estacionar nas vias públicas e outros logradouros sem licença especial;
- b) impedir ou dificultar o trânsito por qualquer forma;
- c) transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes grandes.

Parágrafo 1º - excetuam-se da exigência da letra “a” o estacionamento necessário para efetuar as vendas.

Parágrafo 2º - Nos passeios com largura inferior a um metro e oitenta (1m 80cm) não serão abertas exceções, em hipótese alguma.

Art. 85) – Os vendedores ambulantes de frutas e verduras, portadores de licença especial para estacionamento são obrigados a conduzir recipiente para coletar o lixo proveniente do seu negócio.

Parágrafo único – Executam-se dessa exigência os vendedores a domicílio, de frutas, verduras e artigos de indústria doméstica.

Art. 86) – Aplicam-se ao comércio ambulante, no que couber, as disposições concernentes ao comércio localizado.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 87) – A transgressão as disposições deste capítulo implicam em multa de 10 VRM, além da apreensão.

CAPÍTULO XVI

DA FABRICAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 88) – A Municipalidade, no interesse público, fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte, o depósito e o emprego de inflamáveis e explosivos na forma desta Lei.

Art. 89) – São considerados inflamáveis, entre outros, materiais fosforados, gasolina e demais derivados de petróleo, éter, álcool e óleo em geral, carbureto, alcatrão e materiais betuminosos ou líquidos.

Parágrafo único – Consideram-se explosivos, entre outros, fogos de artifício, nitroglicerina, seus compostos e derivados, pólvora, algodão – pólvora, espoletas e estopins; fulminantes, cloretos, formiatos e congêneres; cartucho de guerra, caça e minas.

Art. 90) – Não será fornecida licença para construção de postos de abastecimento de veículos automotores ou garagens comerciais em locais compreendidos em área formada por um raio de cem metros (100) de distância de hospitais, casas de saúde ou de estabelecimento de ensino.

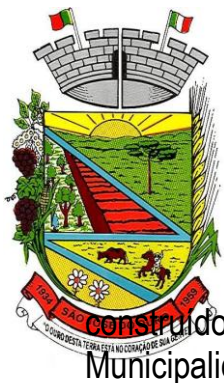
Art. 91) – É absolutamente proibido:

- a) fabricar explosivos sem licença especial e em lugar não determinado pela Municipalidade;
- b) manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender as exigências legais, quanto a construção e segurança;
- c) depositar ou conservar nas vias públicas, embora provisoriamente, inflamáveis e explosivos;

Parágrafo 1º - Aos varejistas é permitido conservar, em cômodos apropriados e em armazéns e lojas, a quantidade fixada pela Municipalidade na respectiva licença, de matéria inflamável ou explosiva que não ultrapassar a venda possível de quinze (15) dias.

Parágrafo 2º - Os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósito de explosivos correspondentes ao consumo de trinta (30) dias, desde que os depósitos estejam localizados em uma distância mínima de trezentos metros (300m) da habitação mais próxima, a duzentos metros (200m) das ruas ou estradas e a trezentos metros (300m) do local da explosão ou detonação.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 92) – Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão **constituídos** em locais especialmente designados e com licença especial da Municipalidade.

Art. 93) – Os depósitos de explosivos, compreendendo todas as dependências e anexos, inclusive de casa de residência de empregados que se situarem a uma distância mínima de trezentos metros (300m) dos depósitos, serão dotados de instalações para combate ao fogo e de extintores de incêndio portáteis, em quantidade e disposição convenientes.

Art. 94) – A exploração de pedreiras depende de licença da Municipalidade, e, quando nela for empregado explosivo, este será exclusivamente do tipo e espécie mencionados na respectiva licença.

Art. 95) – Para a exploração de pedreiras com explosivos será observado o seguinte:

a) colocação de sinais nas proximidades das minas que possam ser percebidos distintamente pelos transeuntes a, pelo menos, cento e cinquenta metros (150m) de distância;

b) adoção de um toque convencional e prolongado, dando o sinal de fogo.

Art. 96) – Os depósitos de inflamáveis em geral, compreende todas as dependências, serão dotados de instalações especiais, com equipamentos de combate ao fogo conservados em perfeito estado de funcionamento.

Art 97) As infrações aos dispositivos deste capítulo serão punidas com multa de 10 VRM.

Art. 98) – Os veículos que transportem combustíveis ou inflamáveis e trafeguem no perímetro urbano, deverão trazer indicações visíveis da natureza de sua carga.

Pena: multa de 10 VRM

Art. 99) Os servidores que autorizarem ou derem licença de funcionamento, mesmo a título precário ou provisório, sem atender as exigências deste capítulo e da segurança pública, estão sujeitos, mediante apuração de responsabilidade, a pena de demissão.

CAPÍTULO XVII

DA INDÚSTRIA

Art. 100) A indústria só poderá ser localizada nas zonas indicadas pela Municipalidade.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 101) À indústria aplicam-se, no que couber, todos os preceitos relativos ao comércio localizado, e mais:

- a) proibição de despejar nas vias públicas e noutros logradouros, bem como nos pátios ou terrenos, os resíduos provenientes de suas atividades;
- b) obrigação de conservar limpos o recinto de trabalho e os pátios interiores;
- c) proibição de canalizar para as vias públicas os escapes dos aparelhos de pressão ou líquidos de qualquer natureza;
- d) obrigação de construir chaminés, de modo a evitar que a fuligem se espalhe pela vizinhança;
- e) obrigação de conservar em perfeita limpeza os passeios e faixas de rolamento fronteiras às suas fábricas;
- f) poluir as águas públicas.

Pena: multa de 10 VRM.

Art. 102) Toda a indústria, inclusive a já instalada, é obrigada a manter sistema técnico que impeça a emissão de mau cheiro.

Pena: multa de 50 VRM

Parágrafo único – Se, dentro do prazo dado na intimação, não for cumprido o disposto neste artigo, aplica-se multa especificada até a satisfação das exigências, por mês de atraso.

CAPÍTULO XVIII

DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

Art. 103) Os serviços de limpeza urbana, serão executados pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana, por meios próprios ou adjudicando-os a terceiros gratuita ou remuneradamente.

Art. 104) São classificados como serviço de limpeza urbana:

- a) coleta, transporte e disposição do lixo público e ordinário domiciliar;
- b) conservação e limpeza das vias públicas e outros logradouros;
- c) remoção de bens móveis e abandonados nos logradouros públicos;
- d) outros serviços concernentes a limpeza da cidade.

Parágrafo 1º - Definem-se como LIXO PÚBLICO os executados nas vias e logradouros públicos.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Parágrafo 2º - Definem-se como LIXO ORDINÁRIO DOMICILIAR, para fins de coleta regular, os resíduos sólidos produzidos em imóveis, residenciais ou não, que possam ser acondicionados em sacos plásticos.

Art. 105) Define-se como LIXO ESPECIAL os resíduos sólidos que, por sua composição, peso e volume, necessitam de tratamento especial, ficando assim classificados:

- a) resíduos produzidos em imóveis, residenciais ou não, que não possam ser dispostos na forma estabelecida pela coleta regular;
- b) resíduos provenientes de estabelecimentos que prestam serviços de saúde;
- c) resíduos gerados em estabelecimentos que realizam o abastecimento público;
- d) resíduos provenientes de estabelecimentos que comercializam alimentos para consumo imediato;
- e) resíduos produzidos por atividades ou eventos instalados em logradouros públicos;
- f) resíduos gerados pelo comércio ambulante;
- g) outros que, por sua composição, se enquadrarem na classificação deste artigo, excetuando-se o lixo industrial e radioativo, objeto de legislação própria.

Parágrafo 1º - A coleta, transporte, destino e disposição final do LIXO ESPECIAL gerado em imóveis, residenciais ou não, são de exclusiva responsabilidade de seus proprietários.

Parágrafo 2º - Os serviços especificados no parágrafo interior, poderão ser realizados pela Municipalidade, a seu critério, desde que solicitado para tanto.

Parágrafo 3º - Os estabelecimentos gerados de resíduos sólidos de serviços de Água, inclusive biotérios, são obrigados, às suas suas expensas, a providenciar na incineração dos resíduos contaminados neles gerados, exceto os radioativos, de acordo com as normas sanitárias e ambientais existentes.

Parágrafo 4º - Os estabelecimentos citados no parágrafo anterior deverão implantar sistema interno de gerenciamento, controle e separação do lixo para fins de apresentação a coleta.

Art. 106) – A municipalidade poderá adotar a coleta seletiva e a reciclagem de materiais como forma de tratamento dos resíduos e a reciclagem de materiais como forma de tratamento dos resíduos sólidos, sendo que o material deverá ser acondicionado de maneira a minimizar, ao máximo, o impacto ambiental, em locais especialmente designados pelos órgãos competentes do Município.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 107) – O horário para remoção do lixo, será estabelecido pelo serviço de limpeza do município e divulgado a população.

Art. 108) – A remoção de animais ou de detritos, que por sua natureza, ponham em risco a saúde pública, será feita em veículo apropriado e cremados ou enterrados a profundidade suficiente.

Art. 109) – O usuário deverá providenciar, por meios próprios, os recipientes necessários ao acondicionamento dos resíduos sólidos gerados, observando as características e especificações determinadas pela Municipalidade.

Art. 110) – O acondicionamento e a apresentação do LIXO ORDINÁRIO DOMICILIAR a coleta regular deverão ser feitos em consideração as determinações que seguem:

a) o volume dos sacos plásticos e dos recipientes não deve ser superior a cem (100) litros ou inferior a vinte (20) litros;

b) nas vilas populares, fica facultado o uso de outros recipientes, indicados em regulamento;

c) materiais cortantes ou pontiagudos deverão ser devidamente embalados, a fim de evitar lesão aos garis.

d) Os sacos plásticos indicados devem estar convenientemente fechados, em perfeitas condições de higiene e conservação, sem líquido em seu interior.

Art. 111) – O LIXO ORDINÁRIO DOMICILAR deve ser disposto no logradouro público junto a alinhamento de cada imóvel ou em local determinado em regulamento.

Art. 112) – A Municipalidade poderá exigir que o usuário acondicione separadamente o lixo gerado, visando atender o que dispõe o art. 107.

Art. 113) – A Municipalidade está obrigada a proceder, permanentemente, a capina e varredura das vias públicas e outros logradouros, bem como a limpeza das valetas.

Parágrafo único – A Municipalidade poderá, ressalvadas a higiene e a saúde pública, empregar qualquer processo físico ou químico no combate a grama que cresce nas vias públicas.

Art. 114) – O produto de trabalho de capina de meio – fio, sarjetas, ruas e demais logradouros, bem como a poda de árvores, deverá ser recolhida no prazo de vinte e quatro (24) horas da execução dos serviços.

Art. 115) – Constitui atos lesivos à limpeza urbana:

a) depositar, lançar ou atirar, nos passeios, assemelhados que causem danos a conservação da limpeza urbana;

Pena: multa de 1 VRM

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

b) depositar, lançar ou atirar em quaisquer áreas públicas ou terrenos, edificadas ou não, de propriedade pública ou privada, resíduos sólidos de qualquer natureza.

Pena: multa de 10 VRM além da correção do dano causado.

c) assorear logradouros ou vias públicas, em decorrência de decapagens, desmatamentos ou obras;

Pena: multa de 10 VRM

d) depositar, lançar ou atirar em riachos, canais, arroios, córregos, lagos, lagoas e rios ou as suas margens, resíduos de qualquer natureza que causem prejuízo a limpeza ou ao meio ambiente;

Pena: multa de 40 VRM

d) fazer varredura do interior de prédios, terrenos e calçadas para as vias ou logradouros públicos;

Pena: multa de 1 VRM

e) manter imóveis, edificados ou não, em más condições de conservação e limpeza;

Pena: multa de 20 VRM, além da obrigação de cumprir as normas de limpeza urbana.

CAPÍTULO XIX

DOS SANITÁRIOS PÚBLICOS

Art. 116) – O serviço de conservação e limpeza de sanitários públicos é executado pela municipalidade.

Art. 117) – é proibido:

- a) obstruir lavatórios, mictórios e ralos;
- b) escrever nas paredes ou sujá-las de qualquer forma;
- c) urinar ou defecar fora dos respectivos vasos;
- d) atirar lixo de qualquer natureza fora dos respectivos recipientes.

Parágrafo único: Incumbe aos zeladores, além da obrigação de conservarem os sanitários públicos limpos e higiênicos, manterem a ordem nos seus recintos.

Pena: multa de 5 VRM.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

CAPÍTULO XX

DOS CEMITÉRIOS

Art. 118) – Os cemitérios particulares ou municipais são parques de utilidade pública, reservadas ao sepultamento dos mortos.

Parágrafo 1º - os cemitérios por sua natureza, são locais respeitáveis e devem ser conservados limpos e tratados com zelo, suas áreas arruadas, arborizadas e ajardinadas, de acordo com a planta previamente aprovada pela municipalidade e cercada com muro de, no mínimo dois metros e vinte centímetros (2m20cm) de altura.

Parágrafo 2º - É lícito a irmandade ou sociedades particulares, respeitadas as disposições legais que regem a matéria, estabelecerem e manterem cemitérios circundados simplesmente de cerca viva, nos quais, porém, só serão permitidos túmulos rasos.

Art. 119) – Os cemitérios tem carácter secular e os públicos serão administrados pela autoridade municipal competente, ficando, porém, livre a todos os cultos religiosos e a prática de respectivos ritos, desde que não atendem contra a moral e as leis.

Art. 120) – Os cemitérios particulares dependem para sua localização, instalação e funcionamento de licença da municipalidade, atendidas prescrições do departamento estadual de saúde.

Parágrafo único – os cemitérios particulares de irmandades , confrarias, ordens, congregações religiosas, ou de hospitais, são sujeitos a fiscalização municipal.

Art. 121) – Os enterramentos serão feitos sem a indagação de crença religiosa, princípios filosóficos ou ideologia política do falecido.

Art. 122) – É defeso fazer enterramento antes de decorrido o prazo de doze (12) horas contando do momento do falecimento, salvo:

- a) quando a causa da morte for moléstia contagiosa ou epidemia;
- b) quando o cadáver apresentar inequívocos sinais de putrefação.

Parágrafo 1º - Nenhum cadáver permanecerá insepulto nos cemitérios por mais de trinta e seis (36) horas, contadas do momento em que se verificou o óbito, salvo quando o corpo estiver embalsamado ou se houver ordem do Prefeito Municipal ou Autoridade Judicial ou da Autoridade Policial competente, ou da Secretaria da Saúde.

Parágrafo 2º - Não se fará enterramento algum sem a certidão de óbito fornecida pelo oficial do Registro Civil do local do falecimento; na impossibilidade da obtenção desta certidão far-se-á o enterramento mediante solicitação, por escrito, da Autoridade Judicial ou Policial, ficando com a obrigação do registro posterior do óbito em

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Cartório e da remessa da referida certidão ao cemitério em que se deu o enterramento, para os efeitos de arquivo.

Art. 123) – Os cadáveres serão enterrados em caixão e sepultura individuais.

Parágrafo 1º - As sepulturas de adultos deverão medir dois metros e dez centímetros (2m10) de comprimento, oitenta centímetros (0m80) de largura e um metro e cinquenta e cinco centímetros (1,55) de profundidade; as destinadas a menores de doze (12) anos deverão medir um metro e sessenta centímetros (1m60) de comprimento, sessenta centímetros (0m60) de largura e um metro e dez centímetros (1m10) de profundidade.

Parágrafo 2º - Entre as sepultura, nos quadros deverá medir, no mínimo, entre uma outra, sessenta centímetros (0m60) e entre os pés de uma e a cabeceira de outra, um metro (1m).

Parágrafo 3º - As sepulturas perpétuas e as construções sobre as sepulturas obedecerão as seguintes dimensões:

Adultos – dois metros e vinte centímetros (2m20) de comprimento e um e dez centímetros (1m10) de largura;

De menores de doze (12) anos – um metro e setenta centímetros (1m70) de comprimento e noventa centímetros (0m90) de largura.

Parágrafo 4º - Para efeito de sepultamento, maiores de doze (12) anos são considerados adultos.

Art. 124) – Nos cemitérios públicos a Municipalidade, a seu critério, poderá vender os terrenos para o sepultamento.

Parágrafo 1º - Os cadáveres de indigentes ou de pessoas não reclamadas, ou remetidas pelas autoridades policiais, serão sepultadas gratuitamente.

Parágrafo 2º - Poderão, também, ser sepultados, gratuitamente cadáveres de pessoas pobres, a juízo das autoridades municipais.

Art. 125) – Os proprietários de terrenos ou seus representantes são obrigados a fazer os serviços de limpeza, obras de conservação e reparação no que tiver construído, e que forem necessários para a estética, segurança e salubridade dos cemitérios.

Parágrafo 1º - As sepulturas nas quais não forem feitos serviços de limpeza, obras de conservação e reparação julgadas necessárias, serão consideradas em abandono ou ruínas.

Parágrafo 2º - As sepulturas consideradas em ruínas terão seus proprietários ou representantes convocados para que no prazo de sessenta (60) dias tomem as providências exigidas.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Parágrafo 3º - O material retirado das sepulturas para fins de conservação pertencem aos interessados.

Art. 126) – A Municipalidade mandará zelar e conservar, por conta de seus cofres, os túmulos ou sepulturas de pessoas que tenham prestado relevantes serviços ao município, bem assim, os túmulos que forem construídos pelos poderes públicos em homenagem a pessoa ilustres.

Art. 127) – Nenhuma exumação poderá ser feita antes de decorrida o prazo de três (3) anos da data do sepultamento, salvo em virtude de requisição, por escrito, da autoridade judicial ou policial ou com licença da Secretaria da Saúde.

Parágrafo único – decorrido o prazo de três (3) anos da data do sepultamento, a pedido dos familiares, as sepulturas poderão ser abertas e os restos mortais removidos para outro local.

Art. 128) – Exceto as pequenas construções sobre sepulturas, ou colocação de lápides, nenhuma construção poderá ser feita, nem mesmo ser iniciada, nos cemitérios, sem prévia aprovação e autorização da Municipalidade.

Parágrafo 1º - Para a construção de monumentos ou jazigos, os interessados deverão entender-se com a municipalidade que lhes fornecerá os alinhamentos, de acordo com a planta geral do cemitério.

Parágrafo 2º - Os interessados na construção de monumentos ou jazigos serão responsáveis pela limpeza e desobstrução do local, após o término das obras, não sendo permitido o acúmulo de materiais nas vias principais de acesso, nem o preparo de pedras ou outros materiais para construção no recinto do cemitério.

Parágrafo 3º - As construções deverão ser calçadas ao redor.

Parágrafo 4º - A fim de que a limpeza nos cemitérios para as comemorações de finados não fiquem prejudicadas, as construções, nos cemitérios, só poderão ser iniciadas com prazo bastante, de modo a poderem a ser concluídas até 27 de outubro, impreterivelmente.

Art. 129) – É proibido deixar nos cemitérios, em depósito, terras ou escombros.

Parágrafo 1º - Em caso de construção ou demolição, os excelentes deverão ser removidas após a tarefa diária.

Parágrafo 2º - A argamassa para as construções deverá ser preparada em caixões de madeira ou ferro.

Art. 130) – Os empreiteiros responderão por danos causados por seus empregados, ou por desvios de objetos das sepulturas, quando em trabalho nos cemitérios.

Art. 131) – Não será admitida, em hipótese alguma, especulação financeira na construção de monumentos ou jazigos.

Art. 132) – Os cemitérios estarão abertos, diariamente, das oito (8) às doze (12) e das treze (13) às vinte (20) horas.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 133) – Nos cemitérios, nas horas de expediente, é vedada a entrada de ébrios, de crianças e escolares, em passeio, não acompanhadas e de pessoas acompanhadas de animais; fora das horas de expediente, é vedada, indistintamente, a entrada a qualquer pessoa.

Art. 134) – Nos cemitérios não é permitido:

- a) pisar nas sepulturas;
 - b) Subir nas árvores ou nos mausoléus;
 - c) Rabiscar nos monumentos ou nas lápides tumulares;
 - d) Arrancar plantas ou colher flores;
 - e) Praticar atos de predação de qualquer espécie nos túmulos ou dependências de campo santo;
 - f) Fazer depósito de qualquer espécie de material, funerário ou não;
 - g) Pregar cartazes ou fazer anúncios nos rumos ou portões;
 - h) Efetuar atos públicos que não sejam de culto religioso ou cívico;
 - i) Fazer instalações para a venda, de qualquer espécie;
 - j) Fazer trabalhos de construção ou plantação nos domingos, salvo em casos devidamente justificados;
 - k) Prejudicar, danificar ou sujar as sepulturas;
 - l) Fazer operações fotográficas, geodésicas ou outras, sem licença da municipalidade;
 - m) Jogar lixo em qualquer parte do recinto;
- Art. 135) – As infrações ao disposto neste capítulo serão punidas com multa de 5 VRM.

CAPÍTULO XXI

DOS ANÚNCIOS DE PROPAGANDA

Art. 136) – São anúncios de propaganda as indicações por meio de inscrições, letreiros, tabuletas, dísticos, legendas, placas visíveis da via pública em locais freqüentados pelo público, e referentes a estabelecimentos de qualquer espécie, ou a reclame de qualquer pessoa ou coisa.

Art. 137) – Nenhum anúncio poderá ser exposto ao público ou mudado de local, sem prévia licença da municipalidade.

Parágrafo único – os anúncios de qualquer espécie, luminosos ou não, com pinturas decorativas ou simplesmente letreiros, terão de submeter-se a apreciação da municipalidade, mediante a apresentação dos desenhos e dizeres, em duas vias contendo:

- a) as cores que serão usadas;
- b) a disposição do anúncio e onde será colocado;
- c) as dimensões e a altura de sua colocação em relação ao passeio;

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

d) a natureza do material de que será feito.

Art. 138) – É proibido, sob pena de multa e obrigação de ressarcir os danos causados, a colocação de anúncios:

- a) Que obstruam, interceptem ou reduzam o vão das portas, janelas ou bandeiras;
- b) Que, pela quantidade, proporções ou disposições, prejudiquem o aspecto das fachadas;
- c) Que desfiguram, de qualquer forma, as linhas arquitetônicas dos prédios;
- d) Que, de qualquer modo, prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas, monumentos típicos, tradicionais ou históricos, prédios públicos, igrejas, monumentos ou templos;
- e) Que, pela sua natureza, provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito;
- f) Que sejam escandalosos, atentem contra a moral.

Art. 139) Ainda, sob pena de multa, são proibidos os anúncios:

- a) inscrições nas folhas de portas ou janelas;
- b) encostados ou dependurados as portas ou paredes externas dos estabelecimentos comerciais e industriais, exceto quando colocados em mostradores artísticos de tipo aprovado pela municipalidade.
- c) escritos ou impressos em idiomas estrangeiros como os cardápios de hotéis, restaurantes, bares, cafés ou semelhantes, a menos que não exista expressão correspondente no idioma nacional;
- d) pregados, colocados ou pendurados nas árvores das vias públicas ou noutros logradouros, ou nos postes de iluminação ou telefônicos;
- e) em faixas que atravessam a via pública, exceto com licença especial da municipalidade;
- f) ao ar livre, com base de espelho;
- g) redigidos incorretamente.

Art. 140) – Será facultado as casas de diversões, cinemas, teatros, terrenos e outros, a colocação de programas e cartazes artísticos na sua parte externa, desde que colocados em local próprio e se refiram exclusivamente as diversões nelas exploradas.

Art. 141) – Aplicam-se as disposições deste Código:

- a) as placas ou letreiros de escritórios, consultórios, estabelecimentos comerciais, industriais, profissionais e outros;
- b) a todo e qualquer anúncio, colocado em lugar estranho a atividade ali realizada.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Parágrafo único – fazem exceção a alínea “a” deste artigo, as placas ou letreiros que não excedam de 0,30 x 0,15, ou de área correspondente e que só contenham a indicação da atividade exercida pelo interessado, nome, profissão e horário de trabalho.

Art. 142) – As licenças para anúncios de propaganda comercial, em geral, serão concedidas pela municipalidade.

Art. 143) – As transgressões ao disposto neste capítulo estão sujeitas a multa de 5 VRM, sem prejuízo dos procedimentos competentes.

CAPÍTULO XXII

DA PROPAGANDA FALADA

Art. 144) – O uso de alto-falantes para fins comerciais ou permanentes para qualquer fim, será permitido somente das oito (8) às vinte (20) horas, em tonalidade que não perturbe o sossego público.

Art. 145) – Para fins deste capítulo, não há distinção entre alto-falantes instalados nos locais permitidos ou sobre veículos, devendo os últimos, entretanto, obedecer as determinações das autoridades de trânsito.

Art. 146) – Será, também, permitido o uso de aparelhos de rádio, com alto-falantes externos, ou em locais abertos, onde se realizem divertimentos públicos, devendo o aparelho ser regulado convenientemente, de modo que o som produzido não se torne prejudicial a tranqüilidade dos moradores circunvizinhos.

Art. 146) – O uso de alto-falantes em logradouros públicos dependerá de autorização especial do Município que examinará em cada caso, a sua conveniência, atento ao horário e as necessidades do sossego público.

Art. 148) – Não será concedida licença para funcionamento de alto-falantes nas proximidades de hospitais, escolas, creches, estações rádio-emissoras, repartições públicas, maternidades, conventos, seminários e instalações congêneres.

Parágrafo único – é deixada a distância mínima de duzentos (200) metros entre a corneta acústica dos aparelhos e os locais enumerados neste artigo.

Art. 149) – Ainda que instalados regularmente, não poderão funcionar os alto-falantes nas proximidades de templos de qualquer credo religioso, durante as celebrações dos ofícios de culto.

Art. 150) – O funcionamento de alto-falantes para propaganda partidária obedecerá o que dispõe o Código Eleitoral e as instruções da Justiça Eleitoral.

Parágrafo único – Se o alto-falante for utilizado em propaganda mista, comercial e partidária, ficará sujeito as prescrições desta Lei, na parte referente a propaganda comercial, e a Legislação Eleitoral, na parte respectiva.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 151) – Para obtenção da licença de que trata esta Lei, os interessados deverão requerer, juntando provas de que, satisfizeram as exigências do órgão Policial competente.

Art. 152) – Os requerentes ficarão sujeitos ao pagamento dos tributos previstos pela Legislação Tributária do Município.

Art. 153) – As licenças para instalação e funcionamento de alto-falantes só serão concedidas a título precário.

Art. 154) – O infrator de qualquer disposição deste capítulo, além da cassação de sua licença, quando for o caso, será processado e punido na forma deste Código com multa de 5 VRM.

Art. 155) – A fiscalização do cumprimento das disposições deste Capítulo cabe ao serviço de fiscalização do Município, ressalvadas a competência atribuída aos órgãos de fiscalização e policial do Estado e a Justiça Eleitoral, ficando sujeita a parte municipal ao regime do direito autoral.

CAPÍTULO XXIII

DA HIGIENE E DA ALIMENTAÇÃO

Art. 156) – O comércio e a indústria de gêneros alimentícios serão segundo as normas estabelecidas pelo órgão Sanitário Estadual competente.

Parágrafo único – A municipalidade secundará, dentro de suas possibilidades, ação do Órgão Sanitário Estadual competente, no que tange a fiscalização do referido comércio e indústria.

CAPÍTULO XXIV

DO TRÂNSITO EM GERAL

Art. 157) – O trânsito é livre e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança, e a tranquilidade e o bem estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 158) – É proibido embaraçar, por qualquer forma, o trânsito de pedestres ou veículos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais e militares o determinarem.

Parágrafo único – Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização adequada.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 159) – Para a regularidade do trânsito e segurança dos pedestres e veículos, observar-se-ão a mão direita e a sinalização do Código Nacional de Trânsito.

Parágrafo 1º - Pedestres e veículos, no que couber, são obrigados a respeitar a sinalização nas vias públicas e noutros logradouros.

Parágrafo 2º - Incorre na pena de multa e na obrigação de reparar o dano causado, quem danificar ou destruir qualquer sinal de trânsito.

Art. 160) – É proibido sob pena de multa, embaraçar o trânsito ou molestar os transeuntes por:

- a) – conduzir pelos passeios, volumes de grande porte;
- b) – conduzir pelos passeios, veículos de qualquer natureza;
- c) – brincar com carrinho de lomba ou patinar, a não ser nas vias públicas ou noutros logradouros a estes destinados;
- d) – deixar árvores ou trepadeiras pendentes sobre a via pública;
- e) – pendurar objetos nas portas, marquises ou toldos.

Parágrafo único – executa-se ao disposto na alínea “b” deste artigo, carrinho de crianças de paráliticos e nas ruas de pequeno movimento, triciclos e bicicletas de uso infantil.

Art. 161) – Sob pena de multa é proibido nas vias públicas e noutros logradouros:

- a) amarrar animais nas árvores, postes ou grades;
- b) conduzir salto animais perigosos;
- c) tanger, por onde não for permitido, aves em bando, animais presos ou tropas;
- d) – montar animais não convenientemente domados ou conduzir a cavalgadura em marcha imoderada;
- e) cavalgar sobre os passeios ou canteiros;
- f) conduzir animais com cargas de grande comprimento.

Art. 162) – Assiste a municipalidade o direito de impedir o trânsito de qualquer meio de transporte que possa ocasionar danos a via pública.

Art. 163) – A infração as disposições deste capítulo será punida, quando outra pena não estiver cominada pelo Código Nacional de Trânsito, com multa de 5 VRM.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

CAPÍTULO XXV

DOS VEÍCULOS

Art. 164) – Veículos são meios de transporte de passageiros ou carga, particulares ou coletivos, motorizados ou não, tirados por animal ou impulsionados pela força do homem.

Art. 165) – O estacionamento de veículos será feito nas faixas de rolamento ou em locais para isso destinados, de modo que a sua traseira ou dianteira não invada o passeio, exceto nas ladeiras.

Art. 166) – É proibido o pernoite de veículos nas vias públicas residenciais, a não ser em frente a testada da residência de seu proprietário.

Art. 167) – Todos os veículos motorizados ou não, devem ajustar-se, quando as dimensões, tipos e bitolas de rodado, as prescrições do Código Nacional de Trânsito.

Art. 168) – Os veículos automotores de transportes coletivos movidos a óleo cru deverão Ter cano de descarga com escape dirigido para o alto.

Art. 169) – As transgressões às disposições deste capítulo implica em multa de 5 VRM.

CAPÍTULO XXVI

DA MORALIDADE, SEGURANÇA E SOSSEGO PÚBLICOS

Art. 170) – É proibido sob pena de multa, além de outras que forem cabíveis ao caso:

- a) expor a venda gravuras ou escritos obscenos;
- b) perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos e desnecessários;
- c) manter em funcionamento motores a explosão sem os respectivos abafadores de som;
- d) usar, para qualquer fim, businas, clarins, tímpanos ou campainhas estridentes;
- e) lançar morteiros, bombas ou fogos ruidosos sem licença da municipalidade;

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

f) fazer propaganda por meio de alto-falantes, bandas de músicas, fanfarras, tambores, cornetas ou outros meios barulhentos sem licença prévia da municipalidade;

g) usar, para fins de anúncio, qualquer meio que contenha expressões ou ditos injuriosos a autoridades ou a moralidade pública, a pessoas ou entidades e partidos políticos;

h) usar, para fins de esporte ou jogos de recreio as vias públicas ou outros logradouros, sem licença da municipalidade;

i) fazer fogueiras em quintais.

Parágrafo único: Apitos ou silvos de sirenes de fábricas, máquinas, cinemas e outros, não poderão funcionar por mais de trinta segundos, nem tampouco das vinte e duas (22) às seis (6) horas do dia seguinte.

Art. 171) – A municipalidade determinará a localização da indústria ou comércio nocivo, ao sossego público e lhes estabelecerá o horário e normas de atividade.

Art. 172) – Os proprietários de bares, restaurantes e de outros que vendam bebidas alcoólicas, serão responsáveis pela ordem nos mesmos.

Parágrafo único – As desordens verificadas nos referidos estabelecimentos sujeitarão os proprietários a multa, podendo, na reincidência, conforme a extensão das mesmas, e suas consequências, ser-lhes cassada a licença para funcionamento de seus estabelecimentos.

Art. 173) – Em qualquer via pública ou outro logradouro, são proibidos os brinquedos que possam causar dano a propriedade alheia, ou a pessoa, ou que embarasse o trânsito.

Art. 174) – Sob pena e multa, além da obrigação de ressarcir os danos causados, sem prejuízo de outras penas que couberam, é proibido soltar balões com mecha acesa.

Art. 175) – Das vinte e duas (22) as seis (6) horas do dia seguinte, quer em locais públicos, quer em particulares, não é permitido algazarra.

Parágrafo único: não se considera algazarra o ruído das festas familiares ou de bailes levados a efeito por sociedades organizadas e cultos religiosos em eventos especiais, tais como, comemorações de natal, páscoa, e vigília ou concentração especial.

Art. 176) – Os veículos automotores não poderão transitar com descarga aberta.

Art. 177) – Sem prejuízo das comunicações deste capítulo, aqueles que o transgredirem estão sujeitos a multa de 5 a 10 VRM.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

CAPÍTULO XXVII

DOS ANIMAIS SOLTOS E DA CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Art. 178) – Qualquer animal encontrado solto na via pública será apreendido e recolhido ao depósito municipal.

Parágrafo 1º - Para reaver animais apreendidos, o dono pagará, por cabeça, além da alimentação fornecida, multa de 10 VRM.

Parágrafo 2º - A restituição de animais apreendidos só poderá ser efetuada após a vacinação contra a raiva, cobrável do proprietário.

Parágrafo 3º - A Municipalidade exigirá prova de propriedade quando o animal não for procurado dentro das doze (12) horas que se seguirem a apreensão.

Art. 179) – Os animais de raça fina, bem como os bovinos, equinos, suínos, caprinos e ovinos que, apreendidos, não forem procurados no prazo de quinze (15) dias, serão vendidos em leilão, sem que aos proprietários assista o direito de qualquer indenização.

Parágrafo único: Animais comuns serão sacrificados ou doados em pé, preferentemente aos institutos oficiais que produzem vacina veterinárias se, no prazo de três (3) dias de apreensão, não forem procurados.

Art. 180) – É proibido conduzir nas vias públicas, e outros logradouros cães que não estejam convenientemente presos, sob pena de multa e ressarcimento dos danos que causarem.

Art. 181) – É obrigatória a vacinação anula de cães contra a raiva.

Art. 182) – Equinos, de tração ou montaria, deverão andar sempre ferrados.

Art. 183) – Na zona urbana não é permitida a instalação de estábulos, cachoeiras, pocilgas, aviários e pombais, nem a matança de suínos.

Pena: multa de 20 VRM

Art. 184) É proibido matar ou ferir pombos, aves ou animais decorativos existentes em jardins e outros logradouros.

Pena: multa de 5 VRM, além da obrigação de ressarcir o dano causado.

CAPÍTULO XXVIII

DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 185) – O parcelamento do solo urbano, roteamento, serão realizados observando-se a Legislação Federal e Estadual pertinente, ficando facultado a Prefeitura Municipal o estabelecimento de regras que permitem a adequação de tais procedimentos à realidade do Município.

Art. 186) – Os terrenos terão largura mínima de quinze (15) metros e área mínima de quatrocentos e cinquenta (450) metros quadrados.

CAPÍTULO XXIX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 187) – Sob pena de multa de 5 VRM é proibido:

- a) Estorvar ou impedir a ação dos agentes ou autoridades municipais no exercício de suas funções ou procurar burlar diligências por eles efetuadas;
- b) Desacatar os agentes ou autoridades municipais, no exercício de suas funções;
- c) Recuar-se, salvo legítimo impedimento nos termos da Lei, a servir de testemunhas.

Art. 188) – A Municipalidade, sempre que for necessário solicitara o concurso da polícia para a boa e fiel execução das posturas, leis e regulamentos municipais.

Art. 189) – Qualquer cidadão, desde que se identifique, poderá denunciar a Municipalidade, atos que transgrediram os dispositivos das posturas, leis e regulamentos municipais.

Art. 190) – Os matadouros e açougues obedecerão as normas da Secretaria Estadual de Agricultura e primarão pela higiene e limpeza.

Art. 191) - As feiras funcionarão normalmente nos dias e lugares designados pela Municipalidade, das seis (6) às dezessete (17) horas ou outro que vier a ser estabelecido.

Art. 192) – As feiras são destinadas à venda de produtos hortifrutigranjeiros e de origem animal, diretamente do produtor para o consumidor.

Art. 193) – Os feirantes ficarão isentos de todos os tributos municipais no que se refere a venda dos produtos.

Art. 194) – As marcas e sinais se destinam a provar a propriedade dos animais.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Parágrafo único: Para produzirem efeito, as marcas e sinais deverão estar registradas na Prefeitura.

Art. 195) – As disposições regulamentares a esta Lei, que vierem a ser baixadas, passarão a fazer parte integrante deste Código.

Art. 196) – Todo aquele que infringir o disposto neste Código de modo a prejudicar obras públicas, templos religiosos de qualquer confissão e monumentos, está sujeito a multa de 10 VRM, além da obrigação do ressarcimento do dano causado.

Art. 197) – As estradas municipais principais terão largura mínima de quinze (15) metros e as secundárias largura mínima de dez (10) metros, salvo impossibilidade a juízo da Municipalidade.

Art. 198) – Fica proibido o corte de qualquer espécie de árvores na área urbana do município.

Parágrafo 1º - Em casos excepcionais, comprovadamente, mediante autorização do poder executivo, poderão ser derrubadas árvores, em quantidade estritamente necessária.

Parágrafo 2º - Em caso de infração ao disposto neste Artigo, acarretará ao faltoso multa de 50 VRM, sem prejuízo das demais cominações previstas.

CAPÍTULO XXX

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 199) – A Municipalidade promoverá os atendimentos necessários, junto as Autoridades Educacionais, Militar, Imprensa, Associação de Bairros e de Classe e Outros, no sentido da mais ampla divulgação dos preceitos deste Código.

Art. 200) – O valor do VRM expresso neste Código, é o mesmo estabelecido no código Tributário do Município.

Art. 201) – Este código entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 202) – Ficam revogadas todas as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais nº 789/89, 757/88 e 186/64.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO OURO, RS, 28 DE JUNHO DE 1994.

VITOR HUGO BERGAMO
PREFEITO MUNICIPAL

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

ÍNDICE CÓDIGO DE POSTURAS

- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. (ART. 10 A 14).....PAG. 01 A 02
- DOS BENS PÚBLICOS (ART. 15 A 19)PAG. 02 A 03
- DAS VIAS PÚBLICAS (ART. 20 A 44)PAG. 03 A 07
- DAS PRAÇAS (ART. 45 A 46)PAG. 07

DA DENOMINAÇÃO DOS LOGRADOUROS E SERVIÇOS.

- DAS CASAS DE ESPETÁCULOS (ART. 51 A 55)PAG. 08 A 09
- DOS DANCINGS E BOITES PÚBLICOS (ART. 56 A 57)PAG. 09

DO FUNCIONAMENTO DOS CIRCOS E PARQUES

- DE DIVERSÕES (ART. 58 A 59).....PAG. 10
- DOS JOGOS (ART. 60 A 62)PAG. 10
- DOS RESTAURANTES , BARES, BOTEQUINS, MERCADINHOS, “ TRAYLERS ”E FEIRAS (ART. 63 A 66)PAG. 10 A 11
- DAS BARBEARIAS E ENGRAXATERIAS (ART. 67).....PAG. 11
- DOS HOTÉIS, MOTÉIS, PENSÕES E CASAS DE CÔMODOS (ART. 68 A 71)PAG. 11 A 12

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

DAS IGREJAS, DOS TEMPLOS E DOS LOCAIS DE CULTOS (ART. 72 A 73)	PAG. 12
- DAS PROFISSÕES E DO COMÉRCIO LOCALIZADO (ART. 74 A 80).....	PAG. 12 A 14
- DO COMÉRCIO AMBULANTE (ART. 81 A 87)	PAG. 14 A 15
- DA FABRICAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE INFLÁVEIS E EXPLOSIVOS (ART. 88 A 89).....	PAG. 15 A 16
- DA INDÚSTRIA (ART. 100 A 102)	PAG. 16 A 17
- DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA (ART. 103 A 115)	PAG. 17 A 19
- DOS SANITÁRIOS PÚBLICOS (ART. 116 A 117)	PAG. 19 A 20
- DOS CEMITÉRIOS (ART. 118 A 135).....	PAG. 20 A 23
- DOS ANÚNCIOS DE PROPAGANDA (ART. 136 A 143)	PAG. 23 A 25
- DA PROPAGANDA FALADA (ART. 144 A 155).....	PAG. 25 A 26
- DA HIGIENE E DA ALIMENTAÇÃO (ART. 156)	PAG. 26
- DO TRÂNSITO EM GERAL (ART. 157 A 163)	PAG. 27 A 28
- DOS VEÍCULOS (ART. 164 A 169).....	PAG. 28
- DA MORALIDADE, SEGURANÇA E SOSSEGO PÚBLICOS (ART. 170 A 177)	PAG. 28 A 29
- DOS ANIMAIS SOLTOS E DA CRIAÇÃO DE ANIMAIS (ART. 178 A 184)	PAG. 29 A 30
- DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO (ART. 185 A 186).....	PAG. 30
- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ART. 187 A 198).....	PAG. 30 A 31

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS (ART. 199 A 202).....PAG.

32

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”